

RETRATO DA BUROCRACIA OFICIAL

Quem lê habitualmente o Diário Oficial da União, fica perplexo e alarmado com a burocracia oficial no Brasil. Nos meios empresariais, ouve-se dizer, frequentemente, que a economia nacional é assolada por três “pragas bíblicas”: a carga tributária, a legislação trabalhista e a burocracia oficial.

O D.O.U. de 13/09/2016 contém três pérolas burocráticas: cria o PPI- Programa de Parceria de Investimentos, cria o CPPI - Conselho do Programa e a SPPI - Secretária do Programa. O PPI é um relevante Programa para o desenvolvimento econômico do País, mas nasce envolvido pela burocracia do gigantismo administrativo.

O PPI será regulamentado por meio de decretos, que definirão: as políticas federais de longo prazo para os investimentos; os empreendimentos públicos qualificados para o Programa; as políticas de parcerias com a infraestrutura dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Conselho (CPPI) terá um Secretário e os seguintes membros: Ministro Chefe da Casa Civil, Ministro de Estado da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento e Gestão dos Transportes, Portos, Aviação Civil e do Meio Ambiente, os presidentes do BNDES e da Caixa Econômica Federal.

A Empresa de Planejamento e Logística - EPL fica vinculada à SPPI.

As reuniões do Conselho serão presididas pelo Presidente da República.

Em um outro exemplar “pré-histórico”, o D.O.U. de 10/08/16 publicou o Decreto nº 8.834/2016, que

instituiu o PRSF - Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. As ações do Programa serão coordenadas por um **Comitê Gestor** composto dos seguintes membros: *a)* Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá; *b)* Ministério da Integração Nacional; que terá a função de Secretaria Executiva; *c)* Ministério da Fazenda; *d)* Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento; *e)* Ministério de Minas e Energia; *f)* Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; *g)* Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; *h)* Ministério do Meio Ambiente; *i)* Ministério das Cidades; e *j)* Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

O mesmo Decreto instituiu a **Câmara Técnica** do PRSF, composta dos seguintes membros: *I)* Ministério da Integração Nacional; que o presidirá; *II)* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; *III)* Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicação; *IV)* Ministério do Meio Ambiente; *V)* Ministério das Cidades; *VI)* Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba; *VII)* Fundação Nacional da Saúde; *VIII)* Agência Nacional de Águas; e *IX)* Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O “Velho Chico” terá de esperar que, algum dia, algum Ministro da área extinga essas burocráticas Comissões e tome as decisões executivas necessárias.

A OPINIÃO DO PRESIDENTE TEMER

“Estamos inaugurando, nesta semana, uma nova fase no Brasil. Nosso governo decidiu adotar meios modernos para a concessão de serviços públicos. Tenho convicção de que as novas regras atrairão investidores nacionais e estrangeiros e, mais importante, permitirão a criação de novos empregos. Nada mais necessário, neste momento em que ainda estamos enfrentando os efeitos da crise, do que dar prioridade à geração de novos postos de trabalho.

Para alcançar o principal objetivo do Programa de Parcerias de Investimentos, o governo vai estimular a interlocução do poder público com a iniciativa privada para induzir o desenvolvimento econômico. Já passou a hora de abandonarmos certos dogmas que, por décadas, atrapalharam nosso desenvolvimento. Vamos ser claros: o poder público não pode fazer tudo. O que precisamos é ter a presença da iniciativa privada, sempre como agente indutor do desenvolvimento e de empregos.

Para enfrentar a mais grave crise econômica de sua história, o Brasil precisa, mais do que nunca, melhorar sua infraestrutura e destravar os investimentos. Enfrentaremos os erros do passado para construir um futuro de confiança. Esta é uma condição necessária para solucionarmos os conflitos de maneira responsável e instaurarmos um ambiente de confiança entre o setor público e a iniciativa privada.”

Presidente Michel Temer (O Globo – 18/9/2016)

NO CAMINHO CERTO

Apesar do ranço da burocracia, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), contemplado pela Lei nº 13.334,

de 13/9/2016, constitui, sem dúvida, a medida mais positiva e eficaz do novo Governo, ao materializar antiga expectativa dos investidores nacionais e estrangeiros, na expansão da infraestrutura, incluindo Estados, Distrito Federal e Municípios.

POLÍTICA MONETÁRIA

Em diversas oportunidades anteriores, temos expressado nossa opinião contrária à decisão do Banco Central de manter a taxa de juros SELIC em 14,25%, a mais alta taxa de juros real do mundo. Discordamos da política do Banco Central porque entendemos ser ela, de um lado, contrária ao objetivo de controlar a inflação e, de outro lado, responsável, em grande parte, pelo desequilíbrio fiscal expresso em termos da relação dívida pública/PIB. Essa relação deve fechar este ano em nível assustador de 70%, caminhando para 80% em 2017.

Não dá para entender como o Governo aceita conviver com essa política do Banco Central, em total contradição com a política do Ministério da Fazenda.

SUCCESSÃO DE ESCÂNDALOS

São impressionantes as formas e meios pelos quais a administração pública vem se desmoralizando, pelo uso ilegal de recursos e desvio de verbas. O primeiro grande escândalo foi o “**mensalão**”, que levou importantes líderes políticos à prisão. Depois, veio o “**petrolão**”, de dimensões impressionantes, que também envergonhou o País e pôs em marcha uma rotina de prisões várias vezes maior que o “mensalão”. Mas as falcatruas não param e, a cada dia, surge um novo “malfeito”, como os desvios dos Fundos de Pensão que estão sendo noticiados: FUNCEF, POSTALIS, PETROS, PREVI e vários outros.

REMANDO CONTRA

O ex-Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, deu uma pedrada forte nas propostas do Governo Temer/Meirelles, como se vê do texto de sua entrevista ao Estado de São Paulo, em 6/9/2016:

“A proposta – contida na PEC nº241 – que estabeleceu um teto para os gastos públicos reajustáveis pela inflação do ano anterior, é tirar do Congresso (representantes eleitos pela sociedade), do atual e dos próximos 20 anos, a capacidade de decidir o tamanho do Orçamento. É UMA PROPOSTA INACEITÁVEL. É UM INSTRUMENTO ERRADO.”

Pisou na bola, doutor Nelson.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

A intenção de consumo das famílias teve aumento de 4,1% em setembro, a maior alta mensal desde 2010. Ao mesmo tempo, o otimismo dos empresários brasileiros em relação ao desempenho da economia e das empresas voltou a subir em setembro e já é o maior desde janeiro de 2014.

Segundo o Ibre – FGV, um crescimento mais robusto da economia em 2017 só será possível com a aprovação em tempo hábil das medidas fiscais no Congresso, o que levaria a uma redução dos prêmios de risco, com consequente valorização do câmbio e a queda maior dos juros.

PIB e Investimentos

A economia nacional recuou em julho e o Índice de Atividades do Banco Central (IBC – BR) cedeu 0,09% em julho, na comparação com junho. O resultado frustrou as expectativas do mercado, que previa uma expansão de 0,25%.

Indústria

Depois de 21 meses seguidos de queda, a produção industrial brasileira voltou a crescer em agosto. O resultado se deve à melhora do desempenho das grandes indústrias nacionais, enquanto nas médias e pequenas indústrias os índices ainda continuam negativos.

No mês de agosto, foram eliminados 33 mil postos de trabalho no País, mas o setor industrial reagiu, contratando 6200 pessoas.

Os custos menores estão dando alento à indústria. No trimestre abril/junho, o indicador de custos industriais caiu 1,1% em relação ao trimestre janeiro/março.

A produção de aço bruto no Brasil caiu 10,6% de janeiro a agosto e, em agosto, somou 2,7 milhões de toneladas, queda de 1,1% ante o registrado no mesmo mês de 2015.

Comércio

O movimento do comércio caiu 4,7% nos últimos 12 meses terminados em agosto, porém, entre julho e agosto, houve alta de 1,5% e na comparação com agosto de 2015, o avanço foi de 1,1%. A alta registrada no mês, a primeira desde abril de 2015, pode ser o início de uma retomada do setor.

O Icec destacou que a confiança do comércio voltou a crescer em agosto, pelo quarto mês seguido. A alta foi de 1% na comparação com o mês anterior, influenciada pela melhora na avaliação das condições correntes (+8,3%) e nas intenções de investimentos (1,8%).

A desaceleração lenta da inflação e, principalmente, a maior confiança do consumidor levaram a CNC a revisar de -9,8% para -9,4% a expectativa de queda do volume de vendas do varejo ampliado em 2016.

Em virtude dos Jogos Olímpicos, o volume de serviços no País subiu 0,7% em julho em relação ao mês anterior. Apesar da alta, o volume de receitas do setor caiu 4,5% em julho em comparação com o mesmo mês do ano passado.

Agricultura

A falta de chuva derrubou em 10,3% a produção de grãos da safra de 2015-16. A recessão diminuiu a renda da população, prejudicando os negócios e a queda das cotações das commodities reduziu as receitas.

As exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras recuaram 4,3% de janeiro a agosto de 2016, em relação ao mesmo período de 2015. Já as importações das cooperativas cresceram 45% na mesma comparação.

Mercado de Trabalho

O desemprego atingiu 1,5 milhão de vagas em 2015, ou seja, 3,45% acima de 2014, quando o saldo foi positivo, com a criação de 623 mil empregos. O salário médio (R\$ 2.655,60) caiu 2,56% entre dezembro de 2014 e 2015. A CNC revisou para baixo sua previsão de desemprego até o final de 2016: 230 mil empregos (-3,0%).

O País perdeu 34 mil vagas em agosto, mas o ritmo de desemprego desacelerou. No mesmo mês de 2015, esse número chegou a 86,5 mil.

O Governo decidiu adiar a reforma trabalhista para o segundo semestre de 2017 e concentrar esforços para aprovar a reforma previdenciária e a proposta que altera a Constituição e fixa um teto para os gastos públicos

Sistema Financeiro

A caderneta de poupança registrou em agosto o oitavo mês

seguido de retirada expressiva de recursos. A evasão, entretanto, caiu em relação à verificada no ano passado. A saída líquida de recursos somou R\$4,46 bilhões no mês passado, enquanto em agosto de 2015 ela foi de R\$ 7,5 bilhões.

Em setembro, 58,2% das famílias tinham alguma dívida. A porcentagem se manteve praticamente estável em relação a agosto (58%). Há um ano, a taxa de inadimplentes era de 63,5%.

O crédito para micro e pequenas empresas (24%) “secou”. Menos de um quarto delas no Estado de São Paulo conseguiu levantar financiamentos em bancos, em agosto. Foi o menor resultado em mais de dois anos e 206 mil micro e pequenas empresas temem não continuar ativas em 6 meses.

Inflação

A desaceleração do IPCA – 15, para 0,23% em setembro, surpreendeu o mercado, que projetava taxas entre 0,25% e 0,45% para o mês. Além disso, reforçou a aposta de que o Banco Central pode iniciar o corte de juros já no próximo encontro do Copom.

A perda de fôlego mais expressiva dos alimentos e o menor impacto de reajustes em educação abriram espaço para novo recuo da inflação, na primeira quinzena de setembro.

De acordo com a previsão do Banco Central, o IPCA deve ficar em 7,3% neste ano. Se a estimativa se confirmar, será o segundo ano seguido com inflação acima do teto da meta perseguida pelo BC, que é de 6,5%.

Setor Público

O Governo Central registrou o quarto mês seguido de *déficit* primário, com R\$18,2 bilhões em agosto,

resultado bem pior do que o observado em igual mês do ano passado. Ainda em relação ao *déficit primário*, o Governo Central deverá registrar R\$ 160,378 bilhões, em 2016.

A dívida líquida do setor público, indicador que já foi o mais importante termômetro de solvência fiscal do País, entrou em trajetória de alta e deve romper a marca dos 50% do PIB até 2018.

O Governo lançou um programa de concessões e venda de ativos públicos como tentativa de reativar a economia com investimentos em infraestrutura e, ainda, engordar os cofres públicos. Serão 25 projetos em pelo menos sete setores.

Mesmo em um cenário de contração econômica, a carga tributária brasileira subiu 0,24 ponto percentual, de 32,42% do PIB para 32,66%, entre 2014 e 2015.

Setor Externo

Os resultados do Balanço de Pagamentos no mês de agosto mostram que houve *déficit* de US\$ 579 milhões nas transações correntes, formando um número deficitário acumulado de US\$ 25,8 bilhões nos últimos doze meses, 1,46% do PIB. Apesar do resultado negativo, os números representam melhora em relação ao mesmo período de 2015.

Em busca de recursos, empresas brasileiras retomaram emissões de títulos no exterior, que já somam US\$16 bilhões em 2016 – o dobro dos US\$8 bilhões registrados em 2015.

O Brasil está se destacando no comércio mundial em 2016 por vender mais mercadorias e embolsar menos do que um ano atrás. Entre as grandes economias, o Brasil foi o País que mais aumentou as exportações no primeiro

semestre, assim como foi o que mais reduziu as importações.

No cenário internacional, o número de novas construções nos EUA caiu 5,8% em agosto em relação a julho. Ainda nos Estados Unidos, o FED manteve a taxa de juros básica, mas indicou que ainda pode haver alta em 2016.